

STJ00120595

QUARTA 20  
EDIÇÃO 24

FABRÍCIO  
BASTOS

# CURSO DE PROCESSO COLETIVO

ATUALIZADA COM A  
NOVA LEI DE IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA • LEI  
14.230/2021

 EDITORA  
FOCO

2024 © Editora Foco

**Autor:** Fabrício Bastos

**Editor:** Roberta Densa

**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira

**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias

**Coordenadora Editorial:** Paula Morishita

**Capa:** Leonardo Hermano

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Ladislau Lima

**Impressão miolo e capa:** Gráfica META BRASIL

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBN**

---

B327c

Bastos, Fabrício

Curso de Processo Coletivo / Fabrício Bastos. - 4. ed. - Indaiatuba - SP  
Editora Foco, 2024.

704 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-65-6120-114-8

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Processo coletivo. I. Título.

2024-1380

CDD 342 CDU 347

---

**Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito civil 342 2. Direito civil 347

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por se em atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações do Conteúdo:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**Bônus ou Capítulo On-line:** Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo extra no *on line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). ● acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (6.2024)

Data de Fechamento (5.2024)

**2024**

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol

CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP

E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)

[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
NOTA DO AUTOR À 4ª EDIÇÃO.....	VII
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO.....	IX
NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO.....	XI
APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO.....	XIII
PREFÁCIO.....	XV
PREFÁCIO.....	XVII
<b>CAPÍTULO 1 – REGULAMENTAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL.....</b>	<b>1</b>
1. Evolução histórica das ações coletivas no Brasil.....	
1.1. Ações coletivas no Brasil.....	4
1.2. Do microsistema da tutela coletiva.....	16
1.3. Do diálogo de fontes.....	23
<b>CAPÍTULO 2 – PROCESSO COLETIVO.....</b>	<b>27</b>
1. Direito processual coletivo como ramo autônomo.....	27
2. Conceito de Processo Coletivo.....	28
3. Tipos de processo coletivo: comum e especial.....	32
3.1. Processo coletivo comum.....	32
3.2. Processo coletivo especial.....	33
4. Litígios estratégicos.....	33
5. Processo de improbidade administrativa – Natureza de processo coletivo?.....	35

CAPÍTULO 3 – MODELOS DE TUTELA COLETIVA .....	37
1. Modelos de Tutela Coletiva: Ações Coletivas e o Julgamento de Questões Repetitivas.....	37
2. Processo Coletivo-Piloto e Processo Coletivo-Modelo .....	39
3. Características do Modelo dos Processo de Questões Repetitivas .....	41
4. Características do Modelo das Ações Coletivas .....	43
CAPÍTULO 4 – CONCEITOS DE AÇÃO .....	49
1. Ação meramente individual .....	49
2. Ação individual com efeitos coletivos .....	50
3. Ação pseudoindividual .....	55
4. Ação pseudocoletiva ou acidentalmente coletiva .....	57
5. Ação Essencialmente Coletiva .....	61
6. Técnicas de Repercussão Individual e Coletiva .....	63
CAPÍTULO 5 – OBJETO MATERIAL DA TUTELA COLETIVA.....	65
1. Introdução.....	65
2. Direitos ou Interesses Coletivos em Sentido Amplo, Transindividuais ou Metaindividuais .....	66
3. Interesses ou direitos essencialmente coletivos e acidentalmente coletivos .....	68
4. Objeto material: aspectos de caracterização .....	70
5. Direitos ou Interesses Difusos.....	70
5.1. Aspectos subjetivos .....	71
5.2. Aspectos objetivos .....	73
5.3. Aspectos processuais.....	74
6. Direitos ou Interesses Coletivos em Sentido Estrito .....	80
6.1. Aspectos subjetivos .....	80
6.2. Aspectos objetivos .....	82
6.3. Aspectos processuais.....	83
7. Direitos ou Interesses Individuais Homogêneos.....	84
7.1. Aspectos subjetivos .....	87
7.2. Aspectos objetivos.....	90
7.3. Aspectos processuais.....	92
8. O incidente de resolução de demandas repetitivas, os direitos individuais homogêneos e coletivização das demandas .....	99

8.1. Sistema do <i>fair notice e right to opt in or out</i> aplicável aos processos coletivos que veiculam direitos individuais homogêneos .....	100
8.2. Consequência da aplicação prática deste incidente no microsistema da tutela coletiva.....	102
9. Tutela dos Direitos Individuais Indisponíveis .....	103
10. Critérios para a identificação do direito transindividual tutelado ... ..	106
11. Atomização e molecularização dos litígios.....	107
12. Tipologia dos Litígios – Uma nova classificação dos direitos coletivos em sentido amplo.....	108
 <b>CAPÍTULO 6 – REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NOS PROCESSOS COLETIVOS.....</b>	 113
1. Considerações gerais.....	113
2. Do Poder Geral de Efetivação.....	114
3. Dilação de prazos processuais .....	116
4. Alteração da ordem da produção das provas.....	117
5. Poder de polícia do magistrado .....	117
6. Determinação de comparecimento pessoal das partes.....	118
7. Saneamento dos vícios e irregularidades processuais .....	120
8. Intimação dos legitimados coletivos sobre a existência de demandas repetitivas	121
9. Coletivização das demandas individuais .....	129
10. Direitos repetitivos e direitos individuais homogêneos .....	131
11. Sistema do <i>fair notice e right to opt in or out</i> aplicável aos processos coletivos que veiculam direitos individuais homogêneos .....	131
12. Recorribilidade das decisões interlocutórias e o regime da preclusão imediata .	134
12.1. Panorama Geral .....	134
12.2. Panorama nos Processos Coletivos .....	138
12.3. Considerações Finais .....	140
13. Tutelas provisórias no CPC/15 e a repercussão nos processos coletivos .....	146
14. Inaplicabilidade do art. 115, parágrafo único, CPC/15 .....	160
15. Prazo para o oferecimento do agravo interno nos processos coletivos .....	163
16. Intervenção do substituído nos processos coletivos .....	165
17. Negócio jurídico processual atípico nos processos coletivos .....	171
18. Possibilidade da realização da autocomposição nos processos coletivos.....	176

19. Aplicação do procedimento comum (art. 318, CPC/15) aos processos coletivos .....	180
19.1. Análise dos arts. 105-A da Lei 9.504/1997 e 21 da Lei 12.846/13.....	180
19.2. Ação Civil Pública em matéria eleitoral.....	181
19.3. Ação Civil de Responsabilização Judicial da Lei Anticorrupção.....	184
19.4. Procedimento Comum do CPC na Ação por Improbidade Administrativa: Aplica-se realmente o procedimento comum previsto no CPC?.....	185
20. Causa interruptiva da prescrição nas demandas de improbidade administrativa	186
21. Regime das despesas processuais nos processos coletivos .....	188
22. Consequência processual da continência .....	191
22.1. Análise do art. 57, CPC e a sua aplicação nos processos coletivos – regras de prevenção da competência.....	191
22.2. Com esta modificação advinda com o art. 57, CPC, surge a seguinte questão: a súmula 489 do Superior Tribunal de Justiça foi superada?.....	192
22.3. Qual regra de prevenção da competência deve ser aplicada aos processos coletivos? .....	193
23. Efeito suspensivo nos recursos de apelação oriundos de processos coletivos .....	195
<b>CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>199</b>
1. Introdução e contextualização .....	199
2. Princípio do transporte <i>in utilibus</i> da sentença coletiva (regime jurídico <i>in utilibus</i> ) .....	201
3. Princípio da primazia do mérito .....	202
4. Princípio da indisponibilidade .....	204
5. Princípio da atipicidade ou não taxatividade das ações (tutelas) coletivas .....	205
6. Princípio da ampla publicidade ou ampla divulgação da tutela coletiva.....	208
7. Princípio da competência adequada – <i>forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> e <i>translatio iudicii</i> .....	209
8. Princípio da gratuidade das ações coletivas .....	210
9. Princípio da obrigatoriedade da ação (tutela) coletiva .....	212
10. Princípio da legitimação (representatividade adequada) .....	215
11. Princípio da certificação adequada da ação (tutela) coletiva.....	215
12. Princípio inquisitorial do processo coletivo .....	217

CAPÍTULO 8 – ASPECTOS PROCESSUAIS DO PROCESSO COLETIVO .....	221
1. Introdução.....	221
2. Aspectos Processuais dos Processos coletivos .....	221
2.1. Defesas do réu .....	222
2.2. Fase de Admissibilidade da Demanda .....	224
2.2.1. Panorama Geral .....	224
2.2.2. Processo por Improbidade Administrativa .....	225
2.3. Petição Inicial .....	227
2.4. Providências Preliminares .....	229
2.4.1. Julgamento conforme o estado do processo .....	229
2.4.2. Desmembramento do litisconsórcio .....	229
2.4.3. Réplica .....	229
2.4.4. Decisão fixadora da tipificação do ato de improbidade adminis- trativa.....	230
2.5. Litisconsórcio.....	230
2.6. Ônus da prova .....	238
2.7. Atuação multifacetária do Ministério Público .....	239
2.8. Relação entre ações coletivas.....	242
2.8.1. Litispendência .....	242
2.8.1.1. Teorias acerca da litispendência .....	242
2.8.1.2. Litispendência entre ações coletivas.....	243
2.8.2. Conexão e continência .....	249
2.8.3. Relação entre ação coletiva e ação individual: sistema do <i>fair notice</i> e <i>right to opt (in or out)</i> .....	250
2.9. Teoria da decisão judicial.....	253
2.9.1. Panorama Geral .....	253
2.9.2. Decisões estruturantes .....	255
2.9.2.1. Panorama Geral.....	255
2.9.2.2. Características .....	258
2.9.2.3. Provimentos em cascata .....	260
2.9.2.4. Origem.....	262
2.9.2.5. Procedimento no Processo Estrutural.....	265
2.9.3. Entidades de Infraestrutura Específica ( <i>claims resolution facilities</i> ) ...	266
2.10. Rito – procedimentos .....	269
2.11. Recursos .....	270

CAPÍTULO 9 – COMPETÊNCIA .....	273
1. Conceito e natureza jurídica .....	273
2. Regra geral de competência .....	274
3. Competência na LACP e no CDC .....	285
4. Regras especiais de competência .....	286
4.1. Princípio da competência adequada: <i>forum shopping</i> x <i>forum non conveniens</i> .....	286
4.2. Competência no mandado de segurança coletivo .....	287
4.3. Competência no mandado de injunção coletivo .....	288
4.4. Competência na ação por improbidade administrativa.....	289
4.4.1. Da (in)existência de foro por prerrogativa de função na seara da improbidade administrativa. Competência do juízo de primeiro grau para processo e julgamento .....	291
4.4.2. Da inexistência de <i>bis in idem</i> na aplicação da lei de improbidade administrativa ao agente político.....	296
4.4.3. Da natureza jurídica das sanções decorrentes da prática do ato de improbidade administrativa.....	297
4.4.4. Da natureza jurídica da ação de improbidade administrativa.....	299
4.4.5. Direito Administrativo Sancionador como vetor na Improbidade Administrativa.....	304
4.5. Competência no crime de responsabilidade .....	307
4.6. Competência na ação popular .....	309
4.7. Competência no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	311
4.8. Competência no processo coletivo especial .....	312
4.9. Competência no processo coletivo derivado do modelo de resolução de questões repetitivas .....	312
4.10. Competência nos litígios coletivos transnacionais e transfronteiriços.....	313
5. Prevenção .....	314
6. Competência para liquidação e execução da sentença coletiva de procedência .....	315
CAPÍTULO 10 – CONDIÇÕES DA AÇÃO .....	317
1. Introdução .....	317
2. Possibilidade jurídica da demanda como elemento do mérito.....	318
2.1. Matéria tributária, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos..	319



2.2. Controle de constitucionalidade.....	322
2.3. Controle judicial de políticas públicas .....	324
3. Interesse processual ou de agir .....	329
4. Legitimidade .....	332
4.1. Legitimidade <i>ad causam</i> coletiva ativa .....	332
4.2. Distinção entre legitimação <i>ad actum</i> e legitimação <i>ad causam</i> .....	334
5. Classificações da legitimidade extraordinária .....	335
5.1. Legitimidade extraordinária autônoma e subordinada .....	335
5.2. Legitimação extraordinária coletiva exclusiva.....	335
5.3. Legitimação extraordinária concorrente .....	335
5.4. Legitimidade concorrente disjuntiva .....	336
6. Legitimados ativos no processo coletivo comum .....	336
6.1. Legitimação na ação popular .....	336
6.2. Legitimação na ação civil pública genérica .....	338
6.3. Legitimação na ação por improbidade administrativa.....	340
6.3.1. Legitimidade ativa.....	340
6.3.2. Legitimidade Passiva .....	346
6.4. Legitimação na ação civil pública com base na lei anticorrupção .....	361
6.5. Legitimação no mandado de segurança coletivo .....	363
6.6. Legitimidade no mandado de injunção coletivo .....	367
6.7. Legitimação coletiva passiva. Ação coletiva passiva. <i>Defendant Class Actions</i> .....	369
7. Legitimidade <i>ad causam</i> da Defensoria Pública.....	372
8. A (des)necessidade da autorização assemblear e estatutária – legitimação extraordinária .....	377
9. Controle judicial ( <i>ope iudicis</i> ) e legal ( <i>ope legis</i> ) da legitimidade – Representatividade adequada ( <i>adequacy of representation</i> ).....	382
10. Legitimidade do Ministério Público .....	387
<b>CAPÍTULO 11 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....</b>	<b>397</b>
1. Introdução .....	397
2. Assistência .....	399
2.1. Intervenção individual nas ações acidentalmente coletivas ... ..	401
2.2. Intervenção do cidadão-eleitor.....	404

2.3. Assistência litisconsorcial – Intervenção de colegitimado .....	404
2.4. Intervenção multifacetária do MP – Assunção do processo e assunção da legitimidade ativa .....	406
3. Oposição .....	408
4. Nomeação à autoria – Técnica de saneamento .....	409
5. Chamamento ao processo .....	410
6. Denúnciação da Lide .....	412
6.1. Denúnciação da lide nas relações de consumo .....	413
6.2. Denúnciação da lide na ação de responsabilidade civil em face do Estado .....	414
7. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica .....	415
7.1. Descon sideração inversa da personalidade jurídica .....	417
7.2. Descon sideração expansiva da personalidade jurídica .....	417
8. Intervenção atípica, anômala ou anódina .....	418
9. <i>Amicus Curiae</i> .....	419
10. Intervenção móvel – Despolarização da demanda – Reversibilidade da posição processual – Atuação pendular – Migração sucessiva .....	422
11. Intervenção da defensoria pública como <i>custos vulnerabilis</i> .....	431
<b>CAPÍTULO 12 – TUTELAS PROVISÓRIAS .....</b>	<b>435</b>
1. Introdução .....	435
2. Classificações .....	435
3. Tutelas jurisdicionais .....	436
3.1. Tutela provisória: de urgência e de evidência .....	436
3.2. Tutelas definitivas .....	436
4. Temas específicos para os processos coletivos .....	437
4.1. Legitimidade do Ministério Público para requerer tutela provisória .....	437
4.2. Exigência de caução .....	438
4.3. Limites e restrições para a concessão de tutelas provisórias .....	438
4.4. Tutelas provisórias na seara da improbidade administrativa .....	441
4.4.1. Sequestro .....	443
4.4.2. Indisponibilidade .....	445
4.4.3. Afastamento do agente público das suas funções .....	455

<b>CAPÍTULO 13 – COISA JULGADA COLETIVA.....</b>	<b>461</b>
1. Conceito .....	461
2. Características .....	464
2.1. Direitos essencialmente coletivos; direitos difusos.....	464
2.1.1. Coisa julgada na hipótese de procedência do pedido .....	464
2.1.2. Improcedência do pedido por insuficiência de provas .....	464
2.1.3. Insuficiência de provas e riscos do desenvolvimento .....	466
2.1.4. Fundamentação da decisão, questão prejudicial e coisa julgada material .....	467
2.1.5. Improcedência por insuficiência de provas e interesse recursal ....	468
2.2. Direitos coletivos em sentido estrito .....	469
2.2.1. Procedência do pedido nas ações coletivas que veiculam direito coletivo em sentido estrito .....	469
2.2.2. Improcedência do pedido nas ações coletivas que veiculam direito coletivo em sentido estrito .....	469
2.3. Direitos acidentalmente coletivos ou direitos individuais homogêneos (imutabilidade <i>secundum eventum litis</i> ) .....	470
2.3.1. Improcedência pura nas ações coletivas que veiculam tutela de direitos individuais homogêneos.....	471
2.3.2. Improcedência por insuficiência de provas nas ações coletivas que veiculam tutela de direitos individuais homogêneos.....	471
3. Limitação territorial da eficácia subjetiva das decisões nas demandas coletivas atrelada à competência do órgão jurisdicional .....	473
4. Regime jurídico especial da coisa julgada material .....	476
4.1. Coisa julgada material na ação de improbidade administrativa .....	476
4.2. Coisa julgada material no mandado de segurança coletivo ... ..	482
4.3. Coisa julgada material no mandado de injunção coletivo .....	483
4.4. Coisa julgada material no processo coletivo especial .....	485
<b>CAPÍTULO 14 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>487</b>
1. Introdução.....	487
2. Tese da imprescritibilidade da pretensão judicial exercível via ação civil pública para a tutela dos direitos difusos e coletivos em sentido estrito .....	487
3. Regime jurídico da prescrição na seara da improbidade administrativa .....	492
3.1. Introdução e regra geral .....	492
3.2. Prescrição aplicável aos terceiros particulares .....	495

3.3. Prescrição intercorrente .....	496
3.4. Regime jurídico da prescrição e o exercício de mandato eletivo (art. 23, I, LIA).....	497
3.5. Situação jurídica híbrida .....	499
3.6. Unidade existencial do ato de improbidade .....	500
3.7. Ato de improbidade que configura infração penal.....	501
3.8. Regime da prescrição na Lei Anticorrupção .....	502
3.9. Interpretação extensiva do art. 23, I, LIA .....	503
3.10. Aplicação da regra do art. 23, III, LIA.....	503
4. Regime jurídico prescricional na ação popular.....	503
5. Regime jurídico prescricional no mandado de segurança coletivo.....	504
6. Termo inicial flexível para a contagem do prazo prescricional.....	506
7. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição e decadência na tutela coletiva .....	509
8. Prazo prescricional para o exercício da pretensão executória.....	511
9. Direito intertemporal e as novas regras da prescrição da lei de improbidade administrativa.....	511
<b>CAPÍTULO 15 – LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....</b>	<b>517</b>
1. Introdução.....	517
2. Princípio do vínculo ao título .....	519
3. Classificação das execuções.....	520
3.1. Execução nos direitos difusos e coletivos .....	520
3.2. Fundo de defesa dos direitos difusos e execução por <i>fluid recovery</i> .....	521
3.3. Execução nos direitos individuais homogêneos .....	524
3.4. Execução provisória nas ações coletivas.....	526
4. Legitimidade para promover a execução .....	527
5. Competência .....	530
6. Liquidação da sentença coletiva.....	530
6.1. Conceito e natureza jurídica .....	530
6.2. Procedimento aplicável.....	531
6.3. Regras de competência .....	531
6.4. Legitimidade para o requerimento.....	531
6.5. Sentença de procedência com condenação genérica .....	531

6.6. Relação entre o pedido formulado pelas partes e a formulação da liquidação .....	532
6.7. Objeto da liquidação .....	533
6.8. Tipos de liquidação de sentença.....	534
6.9. Questões processuais decorrentes da liquidação da sentença .....	534
<b>CAPÍTULO 16 – INSTRUMENTOS EXTRAPROCESSUAIS E EXTRAJUDICIAIS DA TUTELA COLETIVA .....</b>	<b>537</b>
1. Inquérito Civil (Res. 23 CNMP e arts 8º e 9º LACP).....	537
1.1. Conceito e natureza jurídica .....	538
1.2. Características .....	538
1.3. Procedimento preparatório.....	543
1.4. Fases procedimentais do inquérito civil .....	543
2. Promoção de Arquivamento .....	559
2.1. Arquivamento implícito.....	559
2.2. Arquivamento e a conexão procedimental .....	561
2.3. Arquivamento e o declínio de atribuição.....	561
2.4. Arquivamento administrativo x arquivamento institucional ... ..	562
2.5. Promoção de arquivamento: ato administrativo complexo ou composto?..	563
2.6. Desarquivamento .....	564
2.7. Arquivamento e recurso voluntário .....	565
2.8. Atitudes que o órgão colegiado superior pode tomar no exercício do reexame necessário.....	566
2.9. Fatos penalmente típicos no bojo do inquérito civil.....	567
3. Instrumentos de redução da litigiosidade.....	568
3.1. Introdução .....	568
3.2. Recomendação .....	568
3.2.1. Características.....	570
3.2.2. Destinatários .....	571
3.2.3. Procedimento .....	573
3.2.4. Efeitos e consequências da recomendação.....	574
3.3. Termo de ajustamento de conduta.....	574
3.3.1. Natureza jurídica do Termo de Ajustamento de Conduta.....	575
3.3.2. TAC extrajudicial e judicial .....	579

3.3.3.	Legitimidade para figurar como tomador do TAC .....	580
3.3.4.	Objeto do TAC .....	584
3.3.5.	Procedimento do TAC .....	586
3.3.6.	Efeitos da celebração do TAC .....	588
3.3.7.	Instrumentos extrajudiciais afins ao Termo de Ajustamento de Conduta .....	589
3.3.7.1.	Compromisso de cessação (art. 53 da Lei 8.384/1994)....	590
3.3.7.2.	Compromisso de ajustamento de conduta ambiental (art. 79-A da Lei 9.605/1998).....	592
3.3.7.3.	Acordo de leniência .....	595
3.3.7.4.	Acordo de Não Persecução Cível.....	596
3.4.	Acordo de Não Persecução Cível .....	597
3.4.1.	Histórico da consensualidade na seara da improbidade administrativa.....	597
3.4.2.	Conceito .....	599
3.4.3.	Natureza jurídica.....	600
3.4.4.	Legitimidade.....	602
3.4.5.	Questões processuais decorrentes da celebração do acordo de não persecução cível .....	606
3.4.5.1.	Conhecimento <i>ex officio</i> do ANPC pelo juízo da sua existência quando celebrado antes da vigência da nova lei.....	606
3.4.5.2.	Prazo do ANPC e a sua relação com a prescrição.....	607
3.4.5.3.	Participação do magistrado no ANPC .....	608
3.4.5.4.	Participação do órgão colegiado do Ministério Público no ANPC .....	611
3.4.5.5.	Consequências jurídicas decorrentes do descumprimento do ANPC .....	615
3.5.	Procedimento para a celebração do acordo de não persecução cível.....	616
3.6.	Pressupostos e requisitos para a celebração.....	616
3.7.	Possibilidade da celebração do acordo de colaboração premiada na seara da improbidade administrativa.....	622
3.8.	Possibilidade da realização da autocomposição.....	627
3.9.	Consequências jurídicas procedimentais da celebração do ANPC.....	632
4.	■ Direito sancionador e a consensualidade por meio do ANPC.....	633
4.1.	Introdução .....	633

4.2. Elementos obrigacionais do ANPC – sanções e responsabilidade patrimonial .....	635
4.2.1. Introdução .....	635
4.2.2. Capítulo reparatório – perda dos bens e valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio.....	639
4.2.3. Capítulo reparatório – ressarcimento ao erário .....	641
4.2.4. Capítulo sancionatório patrimonial – multa civil .....	644
4.2.5. Capítulo sancionatório – proibição de contratação e recebimento de benefícios do poder público.....	646
4.2.6. Capítulo sancionatório – da renúncia (perda) ao cargo público....	647
4.2.7. Capítulo sancionatório – da assunção da obrigação de não concorrer aos cargos políticos .....	650
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>653</b>